# Requerimento da Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor n° 32, de 2019

**Autoria:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

**Iniciativa:**

**Ementa:**

Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, PAULO GUEDES, informações sobre a matéria versada no Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).

**Assunto:** -

**Data de Leitura:** -

**Tramitação encerrada**

**Decisão:** -

**Último local:** -

**Destino:** -

**Último estado:** 04/06/2019 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

## TRAMITAÇÃO

**04/06/2019** CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

**Situação:** TRAMITAÇÃO ENCERRADA

**Ação:** Reunida a CTFC na 19ª reunião ordinária de 04.06.2019, foi aprovado o presente requerimento, o qual integra o parecer do Aviso AVS nº 57/2016.
Encaminhado à Secretaria-Geral da Mesa para deliberação, nos termos do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal.

**23/05/2019** CTFC - Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

**Ação:** Apresentado na Comissão nesta data às 16:53.

## DOCUMENTOS

**REQ 32/2019 - CTFC**

**Data:** 23/05/2019

**Autor:** Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG)

**Local:** Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor

**Descrição/Ementa:** Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Economia, PAULO GUEDES, informações sobre a matéria versada no Acórdão nº 2973/2016 - TCU - Plenário, que trata de auditoria operacional realizada com o objetivo de avaliar a situação atuarial e financeira dos Regimentos Próprios de Previdência Social (RPPS) de estados, municípios e Distrito Federal (TC-008.368/2016-3).